

A Constituinte

A ousadia do PMDB assusta o PFL

Os liberais realizaram um jantar para discutir seus temores. O PMDB realiza outro para discutir seus novos passos.

Debates:
a crise econômica invade o plenário.

"Pode ser que os ministros da área econômica não sejam bode expiatório suficiente. Pode ser que tenham alcançado o próprio presidente." A frase, do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, reflete todo o receio do PFL de que a atual crise econômica estimule a aprovação de emenda constitucional instituindo eleições diretas para a Presidência da República 120 ou 180 dias após a promulgação da nova Carta Magna do País. Avançando mais, senadores e deputados do PMDB articulam uma "fórmula de consenso" para aprovação da proposta delegando poderes à Assembleia Constituinte para reformar a atual Constituição.

ção do PFL diante do governo e da opinião nacional. O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, chegou a propor que os seus colegas da área econômica peçam demissão: "Se eu em dois meses não conseguir abrir a universidade e as escolas particulares, não tenho condições de continuar ministro. Se não resolverem o problema da inflação, dos preços, não é preciso botar para fora. Eles têm de pedir para sair".

O ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, insistiu na necessidade de fortalecer o governo e exaltou a posição do PFL: "O PMDB está forte nas bases e fraco na opinião pública. O PFL está fraco nas bases e cresce perante a opinião pública."

é encontrar uma "fórmula consensual" capaz de permitir acordo na votação da proposta de delegar poderes à Constituinte para reformar a Constituição vigente. Hoje à noite, senadores e deputados do partido estarão reunidos, informalmente, no apartamento do senador Severo Gomes, em Brasília, para discutir o assunto.

As preocupações dos pefelistas foram manifestadas, segunda-feira, em jantar na residência do ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, que reuniu os ministros do partido e a cúpula do PFL. O anfitrião insistiu na necessidade da geração de fatos e na realização de reuniões ("partido que não se reúne não é partido"). Assim, provavelmente será convocada convenção nacional para maio para avaliação da posição do PFL.



Aureliano Bornhausen Severo

O tom da sessão foi dado, logo no início, pelo deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), para quem seu partido "comete terrível engano" ao deixar de convocar convenção para "analisar o desastre da política econômica". "Os juros absurdos — acrescentou —, o descaso para a agricultura, o péssimo desempenho de muitas estatais e o clima de desconfiança e até intriga entre ministros são fatos que autorizam supor que corremos o risco de fazer uma Constituição para entrar em vigor em pleno caos."

Messias Goiás (PFL-SE) foi direto em cima do PMDB: "Não podemos suportar o caos a que o PMDB, com sua equipe econômica, está levando o País. Hoje, o governo Sarney é odiado pela Nação. Já temos saudades de nosso colega Delfim Neto". Delfim Neto, agora deputado constituinte pelo PDS de São Paulo, não estava em plenário. Mas deve ter ouvido pelo alto falante do seu gabinete, porque, pouco depois, entrou, sorridente, no recinto da sessão.

Edivaldo Motta (PMDB-PB), Osvaldo Almeida (PL-RJ), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Tavares (PMDB-PR) e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) falaram, a seguir, sobre a falta de financiamento para a agricultura e a pecuária, problemas dos plantadores de cana e sobre a alta taxa de juros.

Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) criticou o "engodo de se pretender estancar inflação por decreto" e encaminhou requerimento de informações ao presidente Sarney para saber como está a questão da dívida externa. Edmilson Valentim (PC do B) criticou o "descongelamento" de preços. Augusto Carvalho (PCB-DF) disse que o Plano Cruzado II foi "um golpe contra os assalariados". Não faltou até um "conselho" de Domingos Leonelli (PMDB-BA) ao presidente Sarney: que se preocupe menos com os poderes da Constituinte e mais com os problemas econômicos do País.

No final, em nome da liderança do PMDB, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE) também disse que, "se continuar essa ciranda financeira, com as altas taxas de juros, vamos cair mesmo numa recessão e a crise econômica poderá juntar-se à crise política". A deputada Raquel Cândido (PFL-RO) pouco antes, da tribuna, acusara o PMDB de ter tirado proveito eleitoral do Plano Cruzado e agora estar rejeitando o Cruzado II.

A sessão começou com 15 minutos de atraso — para que se completasse o número mínimo de 94 constituintes em plenário —, mas foi concorrida. Quase metade do plenário manteve-se ocupado durante as três horas e meia de sessão, embora os discursos em geral não apresentassem maior interesse.

1 O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, fez ontem veemente defesa do Poder Legislativo e alertou aos órgãos de imprensa no sentido de que não contribuam para a desmoralização do Congresso Nacional, porque "quando cai o Congresso, cai também a imprensa, com a censura, com a falta de liberdade". Ulysses salientou que o trabalho dos constituintes não se esgota no plenário, ao lamentar as fotos publicadas nos jornais, mostrando o vazio das sessões. "Eu mesmo gostaria de ficar das 14 às 18 horas no plenário, lá eu poderia até descansar melhor, mas não posso me furtar a outros compromissos importantes, como receber governadores, embaixadores etc."

2 A orientação do secretário de Comunicação da Presidência da República, Getúlio Bittencourt, de se evitar o contato fonte/reportar, já começou a ser aplicada no Ministério da Fazenda. Desde ontem, jornalistas credenciados naquele Ministério não podem mais circular pelos corredores que dão acesso à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap) e ao Conselho Interministerial de Preços (CIP). Uma porta de jacintho legítimo, dotada de um mecanismo de trava eletrônica, foi instalada no corredor, e um "bedel" impede o acesso de pessoas que não tenham autorização expressa das secretárias.

3 O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) conclamaram ontem todos os constituintes a se filiarem à Frente Parlamentarista Interpartidária, e, assim, tornar possível estabelecer um plano de ação em favor da implantação do regime parlamentarista no País. Eles sustentam que a Constituinte deve analisar, neste momento, a mudança do sistema de governo. Enquanto os constituintes recebiam ontem a ficha para inscrição na Frente, Ulysses Guimarães explicou que o PMDB continua estudando o assunto, por considerar que os partidos ainda não estão preparados para o parlamentarismo.

Imprensa: consenso pela liberdade.

Os líderes estão contra a transmissão obrigatória dos trabalhos pelo rádio e TV, por 1h30 diárias.

As emissoras de rádio e televisão do sistema "Radiobrás" e da TV Educativa deverão transmitir, ao vivo, todos os debates da Assembleia Constituinte, comissões e plenário. Esta foi a posição assumida pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com respaldo de Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Secco, Prisco Viana, Severo Gomes, entre outros, em reuniões informais destinadas a examinar o problema de rádio e televisão.

Com relação à transmissão obrigatória dos trabalhos da Constituinte, em horário determinado pelas emissoras de rádio e televisão particulares, líderes do PMDB disseram que o assunto "será decidido mediante negociações". Um deles comentou que a transmissão obrigatória pelo rádio e TV da Constituinte "pode ser um risco, capaz de provocar desinteresse e irritação no público".

Críticas
Vários constituintes e líderes dos partidos estão criticando o projeto de regimento interno que obriga as emissoras de rádio e televisão a dar 90 minutos diários na programação sobre os trabalhos da Constituinte. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou emenda, ontem, reduzindo esse tempo.

bas Passarinho (PDS-PA) e Alfredo Campos (PMDB-MG), que prometem lutar contra a obrigatoriedade de uma hora e meia por dia. Joaquim Mendonça voltou ontem para São Paulo e, na próxima segunda-feira, promove reunião em Brasília dos 18 diretores regionais da Abert, para discutir a questão. O superintendente da Abert, Antonio Adelin, continua conversando com os parlamentares em Brasília e hoje terá encontro com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"O que queremos é liberdade de informar", diz Joaquim Mendonça, garantindo que as lideranças estão com ele, propondo também a transformação da "Voz do Brasil" na "Voz da Constituinte". Para o presidente da Abert, "mesmo que a obrigatoriedade de transmissão seja de apenas dois minutos, será pior do que ter 30 ou quatro minutos de programação livre".

O deputado Maurílio Ferreira Lima ao justificar sua emenda que reduz a obrigatoriedade a somente cinco minutos diários, diz que a Constituinte "pode ter os meios legais para obter o horário, mas não tem o que colocar no ar durante 90 minutos e o ouvinte desligará os aparelhos". Para ele, a opinião pública, "agredida por uma programação chata, se voltará contra a Assembleia Nacional Constituinte, considerando que estamos em Brasí-

lia apenas para tumultuar o cotidiano, invadindo a privacidade de cada lar brasileiro com um som e uma imagem que desagradam". Mesmo os cinco minutos diários ele considera um risco enorme manter por muitos meses, "porque nem sociedade de qualidade suporta este tempo".

Maurílio Ferreira Lima diz que um absurdo maior ainda é a pretendida publicação de uma súmula diária nos jornais, que suprimiu totalmente em sua emenda.

O deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP) também apresentou emenda, reduzindo o tempo de obrigatoriedade a 15 minutos por dia, dividido em três períodos. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, afirma que 10 minutos por dia são suficientes, "como dizem os próprios constituintes que têm experiência no setor de rádio e televisão".

Para o líder do PDS, deputado Amaral Neto, que conversou segunda-feira com o presidente da Abert, "tudo está em aberto e é negociável. Dá para chegar a um denominador comum". A deputada Christina Tavares (PMDB-PE) continua pedindo a obrigatoriedade de transmissão dos trabalhos da Constituinte e, ontem, acusou a Abert de "pressionar os constituintes com seu lobby". O PT também pressiona para que a Constituinte tenha o maior tempo possí-

vel de transmissão obrigatória no rádio e na TV. po a cinco minutos, justificando que a proposta anterior, "representa uma aberração que, se aprovada, liquidará, com a credibilidade da Constituinte".

Para o líder do PTB, deputado Gastone Righi, "a constituinte não pode compactuar com um confisco de uma hora e meia de programação das emissoras". Ele diz que isso seria "uma violência" e que o PTB foi surpreendido com o projeto, mas que tem certeza que os líderes chegaram a uma conclusão conciliatória. "Algo como uma recomendação para destaque da Constituinte nos noticiá-

rios". Righi pensa que obrigar os rádios e TVs a ceder um espaço diário, acabará por reduzir a divulgação dos trabalhos. Ele recebeu ontem a visita do presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, dizendo que assim como defendeu as duas horas de transmissão gratuita de propaganda eleitoral antes das eleições, agora é contra a obrigatoriedade de pedido no projeto de regimento interno. "Porque não se trata mais de defender os candidatos do poder econômico". Righi diz que a imprensa já está dando o devido espaço à Constituinte e que o Congresso não teria nenhuma condição de fazer uma programação melhor.

A proposta do PT: um plebiscito e um referendo.

O Partido dos Trabalhadores sugeriu ontem, através de um substitutivo ao anteprojeto de regimento interno permanente para a Constituinte, a realização de dois plebiscitos antes da promulgação da nova Constituição: uma consulta popular, prévia, logo após a primeira redação do projeto de Constituição, e a convocação de um referendo popular após a aprovação da nova Carta Constitucional pelos constituintes. O substitutivo do PT foi assinado pelo seu líder, Luís Inácio Lula da Silva e os demais 11 deputados do partido, que não apresentarão emendas individuais.

Esse substitutivo foi a primeira proposta conjunta de alteração ao regimento, que desde sexta-feira havia recebido 172 emendas — sendo 79 somente ontem —, pois os parlamentares têm preferido encaminhar propostas individuais. O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) apresentou emenda pretendendo que a Constituinte possa mudar o nome do Brasil. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), nesse sentido, tem uma proposta: o Brasil passaria a ser chamado República Federal do Brasil.

Está aumentando o número de emendas propondo uma participação realmente efetiva da sociedade civil através de entidades organizadas e reconhecidas, tanto para que os cidadãos possam participar de debates (o anteprojeto original prevê audiência uma vez por semana) quanto à possibilidade de que um grupo mínimo de 30 mil pessoas possa apresentar projetos à Constituinte, com o mesmo critério de tramitação usado para os projetos dos constituintes.

No seu substitutivo, o PT sugere algumas novidades, como uma Mesa-diretora de 30 membros (um presidente, quatro vice-presidentes, dez secretários e 15 vogais), e exige a presença, para haver sessão, de no mínimo um terço dos constituintes em plenário.

O deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), apresentou emenda procurando diminuir os poderes discricionários do presidente da Constituinte, que pelo regimento original pode resolver conclusivamente contra ou a favor de questões de ordem.

CARPETE C24 48.00 - 3 PAQUOTES
SUJOS. Colocações em todo Brasil. TAPECARIA BANDEIRA
Av. César Garcia, 540/553
041.3411 - 206.7457 - 040.8880

TORNE-SE LEITOR DINÂMICO EM 30 DIAS
CURSOS
LEITURA DINÂMICA
MEMORIZAÇÃO
PORTUGUÊS/REDAÇÃO
COMUNICAÇÕES VERBAIS

TURMAS
Manhã, Tarde, Noite ou Sábado
INFORME-SE Tel. 255-9755
Rua Sete de Abril 345 Cj. 603

Video-Phone
Pedidos: 2ª a dom. até 19hs.
Fitas a Domicílio
Para toda a cidade de SP

O JORNAL DA TARDE PUBLICA SEU BALANÇO E DEPOIS ANALISA.

Faça um Check-up em sua Empresa e utilize a tecnologia da informação para a sua Estratégia Empresarial

Ao fazer a publicação do balanço de sua empresa no jornal "O Estado de S. Paulo" você não estará cumprindo apenas uma obrigação legal. Estará acionando o mais avançado e completo sistema de avaliação de desempenho empresarial dos tempos do Cruzado: o **Indicare** — o software do empresário, criado pelo prof. César Abicalafé, autor do TPD — Prática de Finanças nas Empresas e recomendado pelo CEAG — DF (Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa) como o melhor método para detectar a saúde financeira das empresas. Enquanto os demais sistemas de avaliação não ultrapassam 20 fórmulas de aplicação, o Indicare oferece 176 e mais 111 Índices de Resultados que são comparados com a média do setor em que sua empresa se inclui. Se você publicou ou vai publicar seu balanço no Estadão, entre em contato com o Núcleo de Atendimento de Publicidade de "O Estado de S. Paulo" e peça informações.

Não custa um cruzado sequer!
Após a publicação do balanço, você recebe grátis, e em caráter estritamente sigiloso* uma pasta contendo o Manual e o Relatório de

Análise, para que você mesmo interprete sua situação financeira, econômica e patrimonial. Esta é mais uma das incomparáveis vantagens que você tem ao publicar seu balanço num jornal bem qualificado, de alto nível e de reconhecido prestígio e penetração nos meios empresariais e financeiros. Mais um serviço do seu "Estadão" em defesa à livre iniciativa.

*O relatório, emitido pelo computador, será entregue, através de protocolo, unicamente a pessoa devidamente autorizada pelo anunciante.

jornal da tarde

NÚCLEO DE ATENDIMENTO DE PUBLICIDADE LEGAL E FINANCEIRA. TEL.: (011) 259.9188

NÚCLEO DE ATENDIMENTO DE PUBLICIDADE LEGAL E FINANCEIRA CRIADO ESPECIALMENTE PARA DEFENDER
PROTEÇÃO TOTAL
A SUA EMPRESA PRESTANDO MAIS ESTE SERVIÇO

